

10 COISAS
QUE VOCÊ
PRECISA
SABER PARA
SE PREPARAR
PARA A
COP29



ÍNDICE

Introdução

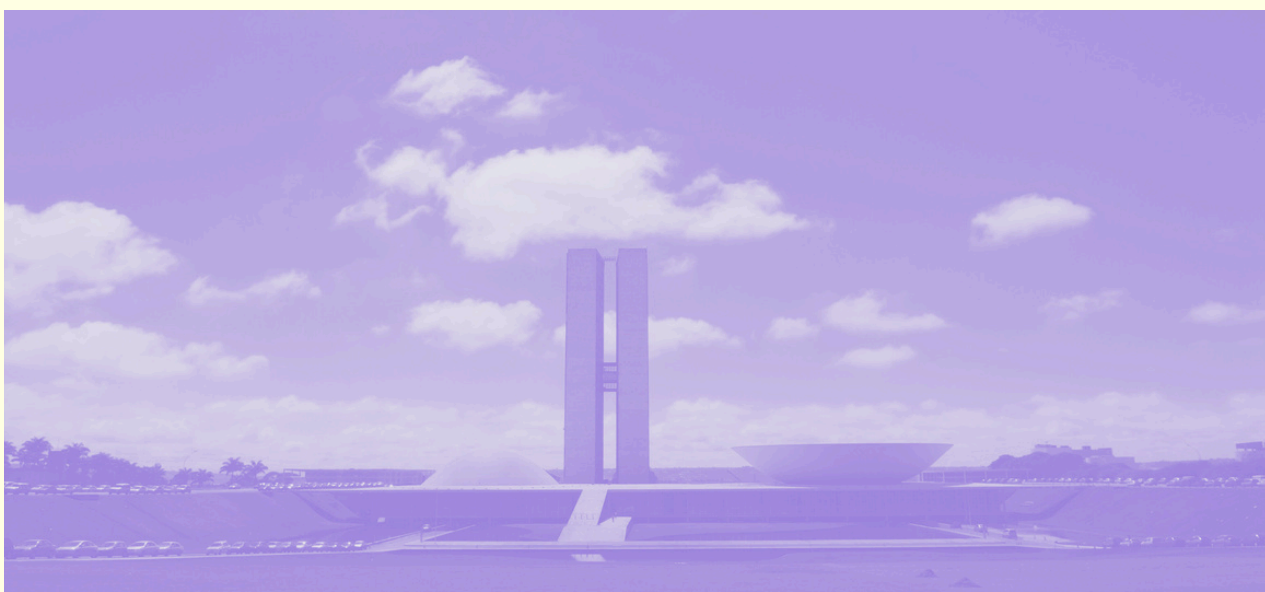
1. O que é a COP, o que e onde será?
2. Financiamento climático
3. As resoluções sobre o mercado de carbono
4. A adaptação climática
5. Outros temas para prestar atenção
6. Espaços de participação da COP
7. Um panorama da participação parlamentar internacional nas COPs
8. O Congresso Nacional na política climática
9. A NDC brasileira - nossa chance de adiar o fim do mundo
10. COP29 é o caminho para a COP30

Agradecimentos

INTRODUÇÃO

Esse é um pequeno guia elaborado pelo GT Clima da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, secretariado pelo Instituto Clima de Eleição, com base no **Seminário Preparatório para a COP29**, que aconteceu no dia 15 de outubro de 2024, na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, no Senado Federal, em Brasília.

Desejamos que os tópicos a seguir contribuam para um melhor **entendimento do que é a Conferência das Partes (COP)**, o que esperar do encontro de 2024 e como a COP30, em 2025, que será realizada no Brasil, já está sendo construída. Desejamos, também, contribuir com a **disseminação de informações verídicas** sobre esse importante espaço decisório, sempre defendendo uma política que vise a justiça climática com participação da sociedade civil.



1

O QUE É A COP, ONDE E QUANDO SERÁ?

A COP (Conferência das Partes) é o **maior espaço para o debate internacional existente no mundo**. Em resumo, ela é um evento, em formato de reuniões formais e acontece anualmente, no âmbito da **Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC)**, para debater os **acordos internacionais de clima**, sendo o mais recente o Acordo de Paris, de 2015.

A COP29 acontecerá entre os dias 11 e 22 de novembro, em Baku, no Azerbaijão. Os dias 12 e 13 de novembro serão dedicados às sessões dos chefes de Estado, em que o Brasil terá um momento de fala na abertura, visto que a próxima edição da conferência, a COP30, acontecerá em Belém, no Brasil.

Essa COP se insere em **dois cenários**. Um cenário internacional, que configura um contexto desafiador, de ocorrência de **conflitos armados, envolvendo políticas econômicas, fiscais, financeiras e industriais**; e um cenário doméstico, no qual os países que fazem parte da convenção estão em **processo de elaboração de suas novas políticas e metas climáticas**, as NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas), e, por determinação dos acordos, essas NDCs precisam ser mais ambiciosas do que as anteriores, de 2015.

Antes de entrarmos nos temas que serão discutidos e negociados na COP29, vale mencionar a **importância de uma abordagem inclusiva e antirracista** na construção de soluções para a crise ambiental global, conforme reforçado pelo *Geledés - Instituto da Mulher Negra*. É necessário compreender que a justiça climática não pode ser discutida sem colocar a justiça racial no centro dessa agenda.

“

“Eu também destaco a importância de lembrar que essas agendas, embora extremamente técnicas, são sobre a vida das pessoas, e nós não podemos perder o foco da necessidade dessa humanização dentro dos processos de negociação.”

-- Letícia Leobet, Geledés - Instituto da Mulher Negra

“

“A COP ainda é um lugar não democrático. Ainda assim, é importante a gente democratizar esse espaço, popularizar o que ele é. Para além de levar os territórios até a COP, levar a COP até os territórios.”

-- Jarê Aikyry, Engajamundo

2 FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Entre os temas que serão debatidos na COP29, o principal deve ser o financiamento climático. Ou seja, será preciso definir **quanto de apoio financeiro os países em desenvolvimento terão, a partir de 2025, para implementar suas NDCs** e suas ações de mitigação, adaptação e perdas e danos, a partir da negociação da Nova Meta Coletiva Quantificada Global (NCQG)*.

Mais do que uma meta quantitativa, cujo valor atual é de US\$100 bilhões por ano, outros elementos também estão em debate: **quem pagará, em qual prazo, a transparência desses recursos, para qual finalidade (quanto irá para ações de mitigação e quanto irá para ações de adaptação) e como eles serão distribuídos** entre os países em desenvolvimento, os mais afetados pelas mudanças climáticas e com menor capacidade adaptativa.

A posição que o Brasil tem defendido é de que **os países desenvolvidos devem ser os responsáveis pelo pagamento dos recursos, sendo que os países em desenvolvimento podem contribuir de forma voluntária**; e que a meta seja vinculada a recursos públicos, correspondendo a um valor bem maior que os atuais US\$100 bilhões, e estabelecido com regras claras sobre distribuição e uso.

O *Observatório do Clima (OC)* tem posicionamento semelhante, defendendo que haja uma provisão de financiamento público, vinculada aos países desenvolvidos, feito por meio de doações ou empréstimos altamente concessionais, com submetas para mitigação, adaptação e perdas e danos.

Já o *Geledés* reforçou a necessidade de **criação de novos instrumentos e mecanismos de financiamento climático**, voltados prioritariamente para grupos historicamente vulnerabilizados, como negros, indígenas, quilombolas, povos tradicionais e periféricos. Além disso, o *Geledés* mencionou a necessidade de desenvolver indicadores que permitam monitorar os **impactos das mudanças climáticas, com base em critérios de raça, gênero, renda, território** e outros marcadores sociais.

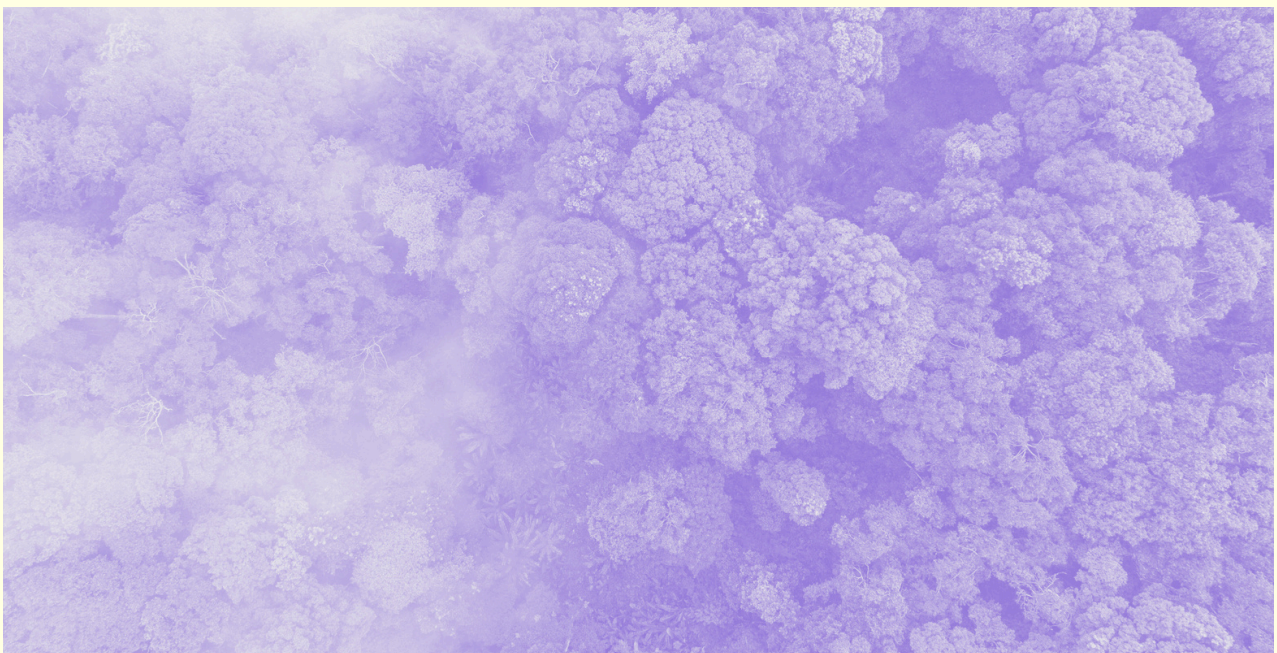
*A Nova Meta Coletiva Quantificada Global, NCQG na sigla em inglês, está prevista no Acordo de Paris, estabelecido em 2015, como uma forma de substituir a meta de mobilizar US\$100 bilhões anuais para apoiar a ação climática nos países em desenvolvimento.

3

AS RESOLUÇÕES SOBRE O MERCADO DE CARBONO

O segundo grande tema que deve ser levado adiante na COP é a finalização do acordo sobre mercado de carbono (artigos 6.2 e 6.4 do Acordo de Paris). O grupo técnico do mercado de carbono conseguiu chegar a resoluções de metodologias para serem aprovadas, mas ainda existem alguns **debates a nível político** que devem acontecer, como se vai haver um registro único nas Nações Unidas para a operacionalização do mercado de carbono, ou se os registros serão feitos nos países; a autorização, que diz sobre quem autoriza e como; **qual o papel dos governos nacionais e qual o papel internacional**; e, por fim, o nível de transparência que é pedido para quem quiser comercializar internacionalmente os créditos.

Em relação a este tema, vale atentar para elementos trazidos pelo *Grupo Carta de Belém*, como as **tendências de financeirização das políticas públicas**, e a importância de **fortalecer a proteção das comunidades locais e grupos historicamente vulnerabilizados** quanto ao desenvolvimento das estratégias de comercialização de carbono, bem como os cuidados com relação à sobreposição de projetos, dupla contagens de créditos de carbono e conflitos de terras.



4 A ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

No âmbito da adaptação climática, a expectativa é que exista um avanço no debate sobre a Meta Global de Adaptação (GGA), especialmente no consenso sobre as metas e os indicadores de adaptação a serem usados globalmente. A pauta tem crescido recentemente, especialmente devido ao aumento dos eventos climáticos extremos, e a negociação em torno deste tema nas conferências deve ser finalizada na COP30.

O Comitê COP30, coalizão da sociedade civil brasileira que tem como objetivo fortalecer a influência das organizações da América Latina na COP30, reforçou que esses indicadores de adaptação precisam refletir as especificidades territoriais, de raça e gênero, além da garantia da participação social.

Para o *Engajamundo*, o diálogo de adaptação também precisa ir para além das cidades, incluindo a adaptação nas zonas rurais, nas aldeias, nos quilombos, entre outros territórios, respeitando o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada, conforme previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho

Somado a isso, é importante que o governo brasileiro e as instâncias internacionais reconheçam os conhecimentos, ferramentas e tecnologias ancestrais de adaptação.

A *Coalizão O Clima É de Mudança* mencionou também o elemento da cultura de risco, tratando da importância de compartilhar informações sobre adaptação climática de forma popular e acessível, além de debates sobre descarbonização do financiamento, para discutir a valorização das tecnologias ancestrais.



Um evento nunca vai ter cadeira para todo mundo, e é importante que quem nos representa lá entenda o tamanho que este país tem, as dificuldades, mas também as belezas e a criatividade que os territórios periféricos, favelados e amazônicos estão trazendo para lidar com a crise climática.

-- Marcelle Oliveira, O Clima É de Mudança

5

OUTROS TEMAS PARA PRESTAR ATENÇÃO

Além destes temas mencionados, que devem ser o foco das negociações internacionais na COP29, vale atentar para outras pautas que serão discutidas. É o caso, por exemplo, do debate sobre transição justa, a implementação das metas acordadas no grupo de mitigação, voltadas para a redução dos gases de efeito estufa mundialmente, especialmente relacionadas à transição energética e à restauração florestal, desmatamento e biodiversidade, o mecanismo de implementação de tecnologias e as negociações em torno do tema de perdas e danos, principalmente os mecanismos para acessar os recursos do Fundo de Perdas e Danos, acordado na última COP.

A *Coalizão Negra por Direitos* mencionou que a agenda de perdas e danos afeta as comunidades negras e periféricas, reforçando que é fundamental cobrar por celeridade dos recursos, para que eles cheguem aos territórios com menos burocracia, atendendo à urgência necessária. Além disso, é preciso pensar no controle e na fiscalização desse recurso que vai ser repassado para o Estado.



“Se o Sul Global é a periferia do mundo, os territórios periféricos, territórios marginalizados dentro do Brasil, têm que ter a mesma proporção e a devida atenção. Então, todas as comunidades negras, indígenas, periféricas e marginalizadas têm que ser alvo da política de adaptação, de perdas e danos, e, é óbvio, o financiamento climático tem que passar por essas comunidades.”

Thuane Nascimento, Coalizão Negra por Direitos

6

ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO DA COP

Nos últimos anos, tem crescido o interesse de lideranças do Legislativo em acompanhar as COPs. Porém, é importante questionar como se dá essa participação.

Geralmente, os parlamentares não são incluídos nas delegações oficiais dos países e também não existe uma constituency oficial da UNFCCC voltada para parlamentares, embora haja a constituency de governos locais e autoridades municipais (LGMA), mas que é geralmente composta por representantes do Executivo local.

Por isso, a participação parlamentar nas COPs é promovida, geralmente, por meio de grupos informais, como é o caso do Parliamentarians, secretariado pela GLOBE Legislators, e da União Interparlamentar (IPU), assim como o OPCC (Observatório Parlamentar para as Mudanças Climáticas). Nesse sentido, vale mencionar que a GLOBE tem buscado incidir junto à UNFCCC para se tornar uma constituency oficial para parlamentares.

Para além das negociações oficiais que acontecerão na COP29, é válido acompanhar outros espaços de participação, como é o caso do Pavilhão do Brasil, que contará com uma série de eventos em diferentes eixos temáticos e com a participação de representantes do governo, da academia, do setor privado e da sociedade civil, e o Pavilhão dos Parlamentares, um espaço de incidência para debater o papel dos parlamentares no combate à crise climática.

O *Engajamundo* também reforçou que é essencial olhar para a COP para além das negociações, aproveitando este espaço como uma oportunidade das lideranças políticas ouvirem o que a sociedade civil está levando para a conferência. Na COP30, por exemplo, será realizada a Cúpula dos Povos com esse objetivo, e é importante que os parlamentares estejam presentes e ativos. Outros parlamentares, como a Duda Salabert, têm defendido também a realização de uma COP das crianças, voltada para debates sobre os impactos climáticos para as novas gerações.

As constituencies são grupos de representantes da sociedade civil, reconhecidos pela UNFCCC, organizados por interesses em comum. Existem as constituencies, por exemplo, de mulheres, de organizações socioambientais, de juventudes, de sindicatos, entre outras.

7

UM PANORAMA DA PARTICIPAÇÃO PARLAMENTAR INTERNACIONAL NAS COPS

Nos últimos anos, tem crescido o interesse de lideranças do Legislativo em acompanhar as COPS. Porém, é importante questionar como se dá essa participação.

Geralmente, os **parlamentares não são incluídos nas delegações oficiais dos países** e também não existe uma *constituency* oficial da UNFCCC voltada para parlamentares, embora haja a *constituency* de governos locais e autoridades municipais (LGMA), mas que é geralmente composta por representantes do Executivo local.

Por isso, a participação parlamentar nas COPS é promovida, geralmente, **por meio de grupos informais**, como é o caso do *Parliamentarians*, secretariado pela GLOBE *Legislators*, e da União Interparlamentar (IPU), assim como o OPCC (Observatório Parlamentar para as Mudanças Climáticas). Nesse sentido, vale mencionar que a GLOBE tem buscado incidir junto à UNFCCC para se tornar uma *constituency* oficial para parlamentares.



8

O CONGRESSO NACIONAL NA POLÍTICA CLIMÁTICA

O debate sobre a participação parlamentar nas COPs precisa levar em consideração que o Legislativo Federal tem um papel fundamental em definir como as metas brasileiras, estabelecidas a nível internacional e concretizadas na nossa NDC, serão traduzidas em políticas, planos, programas e ações nacionais e locais de mitigação, adaptação e perdas e danos.

Existe uma responsabilidade compartilhada entre os três poderes para fazer avançar a implementação de políticas climáticas no país. Neste sentido, é contraprodutivo o Executivo Federal estabelecer estratégias de adaptação e mitigação, se, ao mesmo tempo, temos um Congresso Nacional avançando pautas antiambientais do chamado Pacote da Destruição, um conjunto de projetos que ameaçam os direitos socioambientais e a proteção dos ecossistemas, que trata de temas como flexibilização do licenciamento ambiental, expansão da mineração desenfreada, impedimento da demarcação de terras indígenas, principais mantenedores das florestas em pé, entre outros.

97%

da população brasileira considera que já vive, no seu dia a dia, consequências das mudanças climáticas em sua vida pessoal, conforme dados da pesquisa da DataFolha de julho de 2024.

Por isso, a importância de fortalecer os parlamentares aliados para que se formem sobre estes temas e possam reivindicar por projetos que atendem as verdadeiras necessidades das comunidades e dos sistemas para o combate à crise climática, como é o caso, por exemplo, do projeto que trata das diretrizes para os planos locais de adaptação, aprovado em junho, e o projeto que reconhece a necessidade de incluir o componente de resiliência climática no estatuto das cidades e o projeto que reconhece a emergência climática e a necessidade de direcionar recursos para as ações climáticas.

9

A NDC BRASILEIRA - NOSSA CHANCE DE ADIAR O FIM DO MUNDO

Conforme mencionado, a COP29 também se apresenta como um momento-chave para a ação climática, dado o contexto de renovação das NDCs. Nesse sentido, organizações da sociedade civil se reuniram para estruturar propostas de NDC para o governo brasileiro.

O *Comitê COP30* lançou a proposta Nossa Chance: uma NDC ambiciosa para adiar o fim do mundo, baseada em 5 temáticas principais - adaptação climática, restauração ecológica, sistemas alimentares, demarcação territorial e governança climática, garantindo a participação social desde o início do processo de construção de políticas públicas.

Já o *Observatório do Clima* construiu, em articulação com a rede, a sua proposta de NDC, considerando a necessidade de aumento da ambição climática e da eliminação dos combustíveis fósseis. A inovação no cálculo do OC foi incluir qual seria a responsabilidade do Brasil considerando também seus dados históricos de desmatamento e suas questões estruturais, que geralmente não são levados em conta nas calculadoras internacionais.

A proposta foi refinada com as estratégias do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG) para entender quanto cada setor precisa contribuir para chegar na meta calculada de limitar as emissões brasileiras a 200 milhões de toneladas de CO2 equivalente em 2035 - correspondente a uma redução de 92% em relação aos níveis de 2005.



“A nossa geração aprendeu sobre o aquecimento global vendo imagens de geleiras polares derretendo, mas agora estamos sendo confrontados com uma realidade diferente e muito próxima de nós. Nossa casa, família, amigos, crenças, modo de vida e tudo o que conhecemos e que ainda queremos conhecer estão em risco de serem destruídos em uma escala de tempo muito mais curta do que imaginávamos. Precisamos de planos e ações mais ambiciosos e ousados para lidar com a urgência que o tempo exige. Esta é a nossa chance de adiar o fim do mundo.”

-- Mariana Guimarães, Comitê COP30

10

COP29 É O CAMINHO PARA A COP30

Por fim, precisamos localizar o debate sobre a COP29 dentro de um caminho até a chegada da COP30, que acontecerá no Brasil, em Belém, em 2025. Diversas propostas da sociedade civil brasileira têm sido colocadas à mesa para que essa seja também uma oportunidade de qualificar a discussão sobre a Amazônia e outros biomas, com uma visão crítica e não homogênea.

Órgãos como o Ministério dos Povos Indígenas têm trabalhado para que as lideranças indígenas possam participar amplamente destes espaços de decisão e para que seus posicionamentos sejam incluídos nas negociações globais. É necessário garantir coerência entre o discurso do Brasil nas negociações climáticas internacionais e a construção de políticas públicas climáticas a nível nacional, regional e local. Só assim será possível caminhar em direção à transição climática justa no Brasil e no mundo.



“Nós precisamos ter clareza daquilo que o Brasil sempre defendeu: ninguém pode ficar para trás. Do ponto de vista das relações internacionais, da responsabilidade diferenciada e do ponto de vista da inclusão, este “ninguém pode ficar para trás” não é só nas relações entre os países, entre as nações, mas também no debate necessário dentro de cada país. Aquilo que a gente projeta, aquilo que a gente defende no âmbito do debate internacional, do próprio acordo global, nós queremos que aconteça aqui dentro, quer dizer, nada sem os povos indígenas, nada sem os negros, nada sem os quilombolas, nada sem os extrativistas, nada sem as mulheres e os LGBTQIA+, e assim por diante.”

-- Deputado Federal Nilto Tatto



AGRADECIMENTOS

REALIZAÇÃO

Frente Parlamentar Mista Ambientalista, coordenada pelo deputado Nilto Tatto (PT - SP), por meio do **Grupo de Trabalho de Clima**, coordenado pela deputada Taliria Petrone (PSOL - RJ) e secretariado pelo **Instituto Clima de Eleição**.

PARTICIPAÇÃO

Governo Federal:

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério das Relações Exteriores
Ministério dos Povos Indígenas

Organizações da Sociedade Civil:

Coalizão O Clima é de Mudança
Coalizão Negra por Direitos
Comitê COP30
Engajamundo
Geledés - Instituto da Mulher Negra
Grupo Carta de Belém
Instituto Clima de Eleição
Observatório do Clima
Plataforma Cipó

Lideranças políticas:

Deputada Federal Celia Xakirabá (PSOL - MG)
Deputada Federal Duda Salabert (PDT - MG)
Deputado Federal Ivan Valente (PSOL - SP)
Deputado Federal Nilto Tatto (PT - SP)
Deputada Federal Socorro Neri (PP - AC)
Deputada Federal Taliria Petrone (PSOL - RJ)

APOIO

Fundação Heinrich Boll



GT_
Clima